

OS IMPACTOS CAUSADOS DENTRO DO SISTEMA DE ENSINO EM RELAÇÃO AOS RESULTADOS APRESENTADOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS – IDEB

Joelma de Souza Costa Mendes¹

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre os impactos causados dentro do sistema de ensino em relação aos resultados apresentados nas avaliações externas – IDEB, tendo como foco as avaliações em larga escala na educação básica, com a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e as implicações destas no cotidiano das salas de aula a ponto de modificar (ou não) as práticas da equipe escolar e do/a professor/a em sala de aula, torna-se imprescindível para compreendermos como esses processos se desenvolvem e quais suas consequências na aprendizagem dos alunos. As avaliações externas têm um impacto significativo no sistema de ensino, pois são utilizadas como uma ferramenta de mensuração do desempenho dos estudantes, escolas e redes de ensino. Um dos principais impactos é a criação de metas e objetivos de melhoria da qualidade da educação. Os resultados das avaliações externas são utilizados para identificar pontos fracos e necessidades de intervenção nas escolas, orientando políticas públicas e ações pedagógicas. Isso inclui a implementação de programas de formação docente, desenvolvimento de materiais didáticos e adoção de práticas educacionais mais eficazes. Além disso, as avaliações externas também geram uma competição saudável entre as escolas e redes de ensino. Os resultados são divulgados e comparados publicamente, o que impulsiona a busca pela excelência e melhoria contínua. Isso pode levar ao aumento da qualidade da educação e ao aumento da responsabilidade das instituições educacionais. Em resumo, as avaliações externas têm um impacto importante no sistema de ensino, direcionando políticas públicas e ações pedagógicas, impulsionando a melhoria da qualidade da educação e promovendo uma competição saudável entre as escolas. No entanto, é importante equilibrar a ênfase nos resultados das avaliações com uma abordagem mais abrangente e inclusiva da educação, levando em consideração o bem-estar dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação da Educação Básica, IDEB das escolas, Ensino Fundamental e Qualidade do ensino.

THE IMPACTS CAUSED WITHIN THE EDUCATION SYSTEM IN RELATION TO THE RESULTS PRESENTED IN EXTERNAL ASSESSMENTS - IDEB

Abstract: The objective of this article is to reflect on the impacts caused within the education system in relation to the results presented in external assessments – IDEB, focusing on large-scale assessments in basic education, with the implementation of the Basic Education Assessment System – SAEB and the implications of these in the daily life of classrooms to the point of modifying (or not) the practices of the school team and the teacher in the classroom, it is essential to understand how these processes develop and what their consequences are. in student learning. External assessments have a significant impact on the education system, as they are used as a tool for measuring the performance of students, schools and education networks. One of the main impacts is the creation of goals and objectives to

¹ Professora da Rede Estadual e Municipal de Macapá, Mestre em Ciência da Educação pela Universidade de Évora – PT, reconhecido pela Universidade de Brasília - UNB, doutoranda em Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA – (Paraguai), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6006236330300558> e-mail: joelmamend17@gmail.com Orcid: 0000-0001-5481-1288

improve the quality of education. The results of external evaluations are used to identify weaknesses and intervention needs in schools, guiding public policies and pedagogical actions. This includes implementing teacher training programs, developing teaching materials and adopting more effective educational practices. Furthermore, external assessments also generate healthy competition between schools and education networks. The results are publicly disclosed and compared, which drives the search for excellence and continuous improvement. This can lead to increased quality of education and increased accountability of educational institutions. In summary, external evaluations have an important impact on the education system, directing public policies and pedagogical actions, driving improvements in the quality of education and promoting healthy competition between schools. However, it is important to balance the emphasis on assessment results with a more comprehensive and inclusive approach to education, taking into account student well-being and the development of essential skills and competencies.

Keywords: Basic Education Assessment System, IDEB of schools, Elementary Education and Quality of teaching

INTRODUÇÃO

A escolha em abordar esse tema deve ao fato, dos impactos causados dentro do sistema de ensino em relação aos resultados apresentados nas avaliações externas serem bastante significativos. Esses resultados podem ter diversas consequências para as escolas, professores, estudantes e até mesmo para o sistema de ensino como um todo.

Cabe destacar que a ênfase excessiva nos resultados das avaliações externas também pode gerar efeitos negativos. Alguns professores e escolas podem adotar estratégias de ensino focadas apenas nas habilidades testadas nas avaliações, em detrimento de uma educação mais abrangente e inclusiva. Isso pode levar a uma formação incompleta dos estudantes, que não desenvolvem habilidades e competências importantes para sua formação integral.

Além disso, a pressão para obter bons resultados nas avaliações externas pode levar a um clima de competição e estresse excessivo para os estudantes. Isso pode afetar negativamente seu bem-estar emocional e mental, além de limitar suas experiências educacionais a uma preparação intensiva para as provas.

O objetivo do artigo é discutir e analisar criticamente a relação entre as avaliações externas e os resultados apresentados no sistema de ensino, refletindo sobre como isso influencia a formação dos estudantes e o desenvolvimento da educação. O problema investigado neste estudo tem como pergunta: “Quais os impactos causados dentro do sistema de ensino em relação aos resultados apresentados nas avaliações externas e quais as implicações destas no cotidiano das salas de aula a ponto de mudar (ou não) as práticas da equipe escolar e do/a professor/a em sala de aula, torna-se imprescindível para compreendermos como esses processos se desenvolvem e quais suas consequências na aprendizagem dos alunos.

Nessa conjuntura, a hipótese levantada é que há necessidade de melhoria dos resultados educacionais, mostrando que muitos alunos não alcançam os níveis esperados de aprendizado em determinadas áreas e disciplinas. Além do que, permite a identificação de fragilidades no sistema de ensino, como deficiências na formação e capacitação dos professores, falta de recursos educacionais adequados, currículos desatualizados, entre outros aspectos.

Na realização deste trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica para obter informações criteriosas e detalhadas sobre o assunto, objetivando entender se as políticas educacionais adotadas pelo Ministério da Educação - MEC, estão efetivamente contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro momento apresenta algumas considerações sobre avaliação dentro do sistema de ensino, e no segundo momento são apresentadas as considerações finais a respeito do que foi discutido no trabalho, sendo apresentada a resposta à pergunta inicial proposta.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizada como metodologia a revisão teórica por meio de análise de artigos científicos publicados sobre o tema, de onde se pode apurar que embora tenham havidos avanços, a questão relacionada à educação no Brasil, é importante ressaltar que os resultados das avaliações externas, não devem ser o único indicador da qualidade do ensino, e que essas avaliações têm limitações e não conseguem captar totalmente a diversidade de aprendizagem e as habilidades dos estudantes. É necessário considerar outras medidas de avaliação e valorizar outras dimensões do ensino, como a formação cidadã e o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

AValiação DENTRO SISTEMA DE ENSINO

Nos últimos anos, têm ocorrido diversas avaliações e transformações na educação básica, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e formar cidadãos mais preparados para os desafios do século XXI. Algumas das principais mudanças estão ligadas à adoção de novas metodologias de ensino, à implementação de novas tecnologias educacionais e à valorização do protagonismo dos estudantes.

Observa-se no contexto mundial, que as avaliações externas surgiram como uma busca de “equiparação” tanto da abrangência e permanência do aluno nas escolas, como da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Desse modo, os impactos provocados em relação aos resultados apresentados ao longo dos anos de forma não satisfatória, fez com que o Sistema de Ensino buscasse mecanismo para que o Brasil alcançasse níveis educacionais compatíveis com seu potencial de desenvolvimento e garantisse o direito educacional expresso na Constituição Federal.

Para elevar o Ideb, as redes de ensino e as escolas necessitam melhorar simultaneamente os indicadores, deve ser considerada a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica.

Temos por pressuposto que a avaliação externa é uma política pública, nesse aspecto, regulatória, que vem se consolidando nas redes de ensino de forma prescritiva e indutora. Nessa perspectiva, procuramos apontar alguns elementos históricos sem, contudo, ter a pretensão de esgotar o debate, tampouco estabelecer relação de causa e efeito, mas contribuir para enriquecer a discussão e análise sobre as avaliações educacionais no atual contexto brasileiro.

Conforme Mészáros (2002), este assegura que “todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes” foram afetados de forma ampla e profunda pelas diversas crises pelas quais passou o capitalismo entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1980.

A avaliação no sistema de ensino é uma ferramenta importante para acompanhar o aprendizado dos alunos, identificar dificuldades e necessidades de intervenção, além de promover a melhoria contínua da educação.

Existem diferentes formas de avaliação, que variam de acordo com os objetivos e finalidades de cada etapa de ensino. Nas primeiras fases da educação básica, por exemplo, a avaliação costuma ser mais formativa, ou seja, voltada para o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e o planejamento de intervenções pedagógicas. Já no ensino médio e superior, a avaliação tende a ser mais somativa, ou seja, focada em medir o desempenho dos alunos e sua aptidão para avançar para a próxima etapa.

A avaliação pode ser realizada por meio de provas escritas, trabalhos em grupo, apresentações, participação em sala de aula e outras atividades. É importante que os critérios de avaliação sejam claros, justos e alinhados aos objetivos de ensino e aprendizagem. Além

disso, os professores devem oferecer um feedback adequado aos alunos, para que estes compreendam suas dificuldades e tenham oportunidades de melhorar.

A avaliação também pode ser realizada em níveis macro, ou seja, avaliando o sistema de ensino como um todo. Isso permite identificar pontos fortes e fracos, deficiências na formação dos docentes, problemas de infraestrutura, entre outros aspectos que impactam a qualidade da educação.

No entanto, a avaliação no sistema de ensino enfrenta desafios e críticas. Alguns estudiosos argumentam que a ênfase excessiva em provas padronizadas e notas pode levar a uma educação voltada para a memorização e reprodução de conteúdo, em detrimento do desenvolvimento de habilidades e competências essenciais. Além disso, a pressão por resultados pode gerar altos níveis de estresse e ansiedade nos alunos.

Diante disso, é fundamental que a avaliação no sistema de ensino seja bem equilibrada, promovendo uma cultura de aprendizagem contínua e valorizando diferentes formas de expressão e habilidades dos estudantes. Além disso, é necessário que haja investimento na formação dos professores em relação à avaliação, para que estes possam realizar uma avaliação eficaz e inclusiva, levando em consideração as particularidades de cada aluno.

Em resumo, a avaliação no sistema de ensino desempenha um papel importante na promoção da qualidade da educação. No entanto, é necessário estar atento aos desafios e críticas, buscando sempre uma avaliação mais abrangente, justa e que valorize o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse sentido, tanto a educação básica voltada aos alunos quanto a formação de professores passam a ser estratégias para a melhoria da “qualidade” do ensino. Daí as reformas políticas focadas para o aumento dos padrões de qualidade da educação na maioria dos países capitalistas. Diante do exposto, percebemos que as políticas neoliberais vêm ganhando espaço no cenário mundial enquanto resposta à crise do capital, uma vez que essa crise representa a mudança de paradigma no processo produtivo (do taylorismo-fordismo para o toyotismo).

Assim, mesmo que existam diferentes e divergentes definições para o que seja neoliberalismo e que não se possa pensar em ações lineares e homogêneas, o projeto neoliberal segundo Anderson (1995), ainda que envolvido em contradições, impactou fortemente e passou a ser a ideologia dominante de nossa época. Nesse aspecto Draibe (1995) afirmar que:

[...] o neoliberalismo não constitui efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente. Esta ideologia dominante é principalmente composta por proposições práticas e, no plano conceitual, reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e

argumentos, “reinventando” o liberalismo [...]estes ingredientes compõem-se diferentemente, produzindo muitos e distintos neoliberalismos Draibe (1995).

Essa política tem por proposição tornar os próprios sujeitos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, ações que têm estimulado a produtividade e a eficiência. Para Gentili (1995), esse estímulo é excludente e desigual, aguçando o individualismo e a competência “selvagem.

O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive o êxito ou o fracasso social. Ambos passam a ser considerados uma variável dependente de um conjunto de opções individuais mediante as quais as pessoas jogam dia a dia seu destino. Se a maioria dos indivíduos é responsável por seu destino não demasiado gratificante é porque não souberam reconhecer as vantagens que oferecem o mérito e o esforço individuais mediante os quais se triunfa na vida. Há que competir e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam (Gentili, 1995, p. 136).

Assim, a pedra angular da política neoliberal é a competição, tendo a competência e o individualismo incitados pelas práticas e regras do mercado, que robustecem as desigualdades já existentes e ainda abrem espaço para produzir inúmeras outras. Desse modo, ao atribuir ao próprio sujeito o encargo pela sua futura empregabilidade, subordina a educação à noção de rentabilidade e ao enfoque do produto/resultado, desconsiderando questões socioeconômicas e políticas mais amplas.

Conforme Gentili (1995), grande parcela de responsabilidade pela crise nos sistemas educacionais pode ser atribuída à própria política social resultante das propostas neoliberais. Essas trazem como natural e “inevitável o *status quo* estabelecido pelo sistema”. A anuência passiva no atendimento às normas do sistema capitalista favorece a influência das políticas neoliberais. Essas políticas têm gerado significativas mudanças, dentre as quais as demandadas pelo campo econômico que necessita da reconfiguração e funcionalidade direcionada às novas habilidades na qualificação dos trabalhadores, e que nesse caso direciona essas mudanças para o campo educacional.

Atualmente, o Brasil está figurando entre os principais países avaliados como boa opção para se fazer investimentos diretos. Contudo, para alavancar esse novo posto em que se encontra se vê impelido a novas demandas no campo da infraestrutura, entre as quais a educação.

Não se trata de desconsiderar as medidas como um componente de avaliação. Entretanto, os educadores entendem a educação como um fenômeno social mais amplo, desse

modo, creem que não se pode ter unicamente a economia como determinante. Nessa direção, Sordi (2012) nos lembra “que motivadores externos tendem a torcer as razões pelas quais se luta por uma escola pública de qualidade” (Sordi, 2012, p. 488).

Antecipadamente sabemos que “comparar o analfabetismo entre os mais ricos e os pobres, a partir da distribuição da renda, é outra forma de verificar as desigualdades”, ou seja, a taxa de analfabetismo entre os mais pobres é nove vezes superior àquela verificada entre os mais ricos (Castro, 2009, p. 682). Por conseguinte, com pontos de partidas socioeconômicos tão díspares entre a população, propor a equidade e o mérito individual como balizador dessas diferenças é negar a realidade brasileira, ou no mínimo apoiar sua manutenção. Nas políticas da educação básica, Dourado (2013) chama atenção para o fato de persistirem a avaliação, fortemente marcada por testes estandardizados, em detrimento de um sistema ou subsistema que articule variáveis com a perspectiva de desenvolvimento institucional (Dourado, 2013, p. 769).

Nessa perspectiva, a utilização de resultados de processos avaliativos em larga escala depara-se, no país, com uma intensa disputa ideológica. De um lado, a expectativa de uma gestão de sistema ancorada em uma racionalidade instrumental, com perspectiva de gerar maior eficiência. De outro lado, a ideia da autonomia dos processos educativos no âmbito da escola, enfatizando processos de autoavaliação. Dessa forma, a questão do uso dos resultados adquire uma nova dimensão. Daí surge várias indagações, como: Em que medida a implantação dos sistemas de avaliação tem sido capaz de induzir auto reflexão no âmbito do sistema como um todo e, em particular, na escola? Ou, ainda, em que medida tem sido capaz de provocar alteração na lógica de formulação e implementação de políticas educacionais e nas práticas escolares?

Essas indagações ganham relevância quando se constata que os principais processos avaliativos em larga escala, o Saeb e a Prova Brasil, têm o rendimento do aluno como ponto nuclear para as apreciações da educação básica (Sousa, 2001, p. 88) Tal constatação não implica um julgamento acabado desses sistemas; trata-se de apontar limitações desses procedimentos, que inclusive podem infundir um “cientificismo” que não lastrearia adequadamente as políticas que daí derivam (Perrenoud, 1998)

Essas afirmações remetem ao óbvio de que outras coisas mais importantes acontecem na escola, e que os sistemas avaliativos não são capazes de medir todas elas. Apesar disso, praticamente todos os sistemas educacionais ignoram o fato no momento de divulgar os resultados dos testes avaliativos e nas análises realizadas.

Segundo Vianna (2003), um dos elementos essenciais a avaliação diz respeito a caracterização dos problemas de aprendizagem com o objetivo de superar e transformar a realidade não aprendizagem. Contudo, vale destacar que para o autor o impacto dos resultados pode ser considerado mínimo por inúmeros motivos entre os quais está o linguajar demasiadamente técnico das planilhas, pleno de especificidades muitas vezes desconhecidas dos docentes e que poderiam ser evitados,

[...] ainda que os resultados dos desempenhos sejam apresentados em escalas elaboradas por intermédio de rigorosos procedimentos estatísticos, e com a especificação dos vários níveis correspondentes de competência, dificilmente os professores têm condições técnicas para interpretar dados que resultam da *expertise* técnica dos responsáveis pelos relatórios. (VIANNA, 2003, p. 45).

É percebido através desse olhar, que os moldes em que ocorre a publicização dos resultados, os termos utilizados, bem como a dificuldade que envolve os cálculos dos índices, acaba por impedir a apropriação e o “consumo” das informações resultante dessas avaliações pela comunidade escolar e também pela sociedade como um todo. Dessa forma, diante da desinformação dos dados divulgados, os atores envolvidos no processo de produção da qualidade da educação encontram diversos impedimentos para exercer seu protagonismo nesse movimento que envolve políticas públicas, ações do Estado e entes federados, sociedade civil e comunidade local, envolvendo educadores, alunos e pais.

Vale evidenciar que a instituição escolar não é abstrata, é o centro do sistema educativo formal, tendo em conta que é lugar de decisão, onde ocorre a elaboração e execução de políticas educacionais, é também local de aquisição de conhecimentos, em que alunos e professores se cingem num processo organizacional com o compromisso de transmitir e construir conhecimentos, com destaque para os significados e sentidos da escola para a formação dos alunos, isto é, o ensino e a aprendizagem constituem o objetivo central nesse movimento de constituição de sujeitos.

Dissertar sobre as avaliações externas implica em refletir sobre as finalidades da educação na contemporaneidade. Uma vez que, é consenso no meio educacional que a escola tem assumido diversas funções para além de seu tradicional papel de transmissor, reprodutora e construtora de saberes e conhecimentos, sua função acadêmica. Sob esse contexto, é possível afirmar que essa nova configuração contribui para a definição dos objetivos da educação, os quais são referendados na LDBN nº 9394/96 ao tratar das finalidades do ensino fundamental e educação básica.

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo [...] III – o desenvolvimento da capacidade

de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social [...]; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...] (BRASIL, 1996, p. 12).

Cumprir admitir que a legislação educacional brasileira assume a concepção que a escola é responsável por diversas funções e a estas estão associadas também múltiplos objetivos. Assim, a nossa discussão sobre a importância do papel da avaliação como garantia do desenvolvimento das aprendizagens, em outras palavras, o processo avaliativo deverá contribuir para a materialização de um dos objetivos centrais da escola, assegurar que as crianças e adolescentes verdadeiramente aprendam.

Segundo Vidal (2003) a avaliação não é um tema desconhecido por nenhum professor, pelo contrário, a avaliação sempre fez parte do contexto pedagógico, das aprendizagens em sala de aula. Nesse sentido, a autora considera avaliação como um instrumento inseparável da prática pedagógica, por meio do qual é possível o professor acompanhar o progresso de seus alunos, analisarem o desenvolvimento do trabalho escolar, assim como o seu próprio desempenho.

Assim, no âmbito das avaliações externas é importante destacar que o sistema educacional do município de Macapá ao assumir o monitoramento da qualidade da educação desenvolvida em suas instituições caminha ao encontro do exercício do controle social, contudo, faz-se necessário que os resultados dos processos avaliativos sejam analisados à luz dos diversos elementos que interferem diretamente nos resultados. Trata-se, portanto, da necessária ampliação dessas análises, uma vez que “problematizadas” isoladamente não representam qualquer possibilidade de melhoria na qualidade educacional.

Assim sendo, que a partir dos dados da avaliação diagnóstica realizada na rede Municipal de Ensino de Macapá, onde apontam a necessidade de ampliar as estratégias educacionais, com intuito de recompor as aprendizagens dos alunos, a Secretaria de Educação junto com os gestores escolares e sua equipe devem realizar ações para buscar as estratégias para melhorar a qualidade do ensino, bem como, de se empenha para elevar o índice nos exames nacionais tipo do IDEB.

AValiação dos Resultados do Ideb no Município de Macapá

Para se falar nos resultados apresentados do Ideb do ano de 2021, é necessário lembrar do advento da pandemia de Covid-19, pois o impacto causado na educação será sentido por muitos anos, apenas com o passar do tempo conseguiremos estimar o prejuízo para as crianças e os adolescentes. Nesse momento, os primeiros dados oficiais começam a aparecer, fornecendo uma base de comparação importante para se dimensionar os novos desafios.

Conforme as informações declaradas pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica, os números oficiais primários disponíveis, como os produzidos pelo IBGE ou Censo Escolar, ainda não capturaram as consequências esperadas pelo fechamento das escolas. Não sabemos dimensionar, por completo, efeitos globais provocados pela adoção (ainda que precária) das soluções de ensino remoto ou, principalmente, os prejuízos para as camadas mais vulneráveis da população, que sequer tiveram acesso às aulas virtuais. Porém, é consenso entre os especialistas que os danos serão profundos e duradouros.”

Outro fato importante nesse período pandêmico verificou-se que o Brasil foi um dos países que por mais tempo permaneceu com escolas totalmente fechadas, em todo o mundo. Um levantamento internacional da Unesco mostrou que as escolas estiveram sem aulas presenciais por aproximadamente dois terços do ano letivo de 2020, em função da pandemia, com uma média de 29 semanas.

Desse modo, em um cenário onde as desigualdades profundas, arraigadas e históricas, falta de infraestrutura, de investimentos e de prioridade na Educação, o fechamento de escolas aumentou as diferenças de oportunidades, destruir direitos e reavivar problemas sociais que o Brasil estava trabalhando para sobrepujar, deste modo, males de caráter estrutural, como o acesso, a evasão e a baixa qualidade do sistema, foram motivados, em proporções que ainda não se consegue medir.

O fechamento de escolas foi uma das políticas públicas adotadas globalmente para a contenção da pandemia do COVID-19. No estado do Amapá não foi diferente, este seguiu as orientações e as escolas permaneceram longo período fechadas, mas as atividades remotas e as atividades impressas entregue aos pais dos alunos, foram recursos disponíveis naquele momento para que os alunos não ficassem totalmente impossibilitados ao acesso a educação. Então através da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que efetivou as normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Essa legislação permitiu que as escolas de Educação

Básica oferecessem o ensino online, uma ferramenta pouco propagada para esse segmento de ensino, mas a única possível.

Nesta conjuntura, é significativo falar do contexto educacional da Capital do Amapá, onde o estado registrou 4.6 no resultado do IDEB em 2021, onde a meta seria 5.3 para os anos iniciais do ensino fundamental.

Para Riscal (2020) “a situação do estado do Amapá pode ser considerada, talvez, a mais preocupante dentre todas as Unidades da Federação, tanto sob o ponto de vista dos valores do IDEB, como principalmente das práticas de gestão democrática e das condições de atuação docente nas escolas públicas”.

Os indicadores do estado do Amapá chamam muita atenção em virtude de ser uma das poucas unidades da federação a não atingir as metas do IDEB durante cinco edições consecutivas entre 2011 a 2021 no ensino fundamental nos anos iniciais.

A partir desse novo cenário educacional, que contribuiu para agravar os déficits de aprendizagens dos alunos, demonstrados pela avaliação Diagnóstica (escrita e leitura) que foi aplicada aos alunos de Ensino Fundamental. Essa avaliação revelou as limitações dos alunos no processo de alfabetização e, ao mesmo tempo, impulsionou a Secretaria Municipal de Educação de Macapá, por meio da coordenadoria de Gestão Pedagógica, a propor o Projeto de Recomposição das Aprendizagens, que visa recuperar as aprendizagens dos alunos do Ensino Fundamental, que se encontram em defasagem, em decorrência da crise sanitária do COVID 19.

Faz-se necessário esclarecer adoção do termo recomposição das aprendizagens, que significa restaurar as habilidades educacionais que não foram consolidadas ou oferecidas, em virtude da pandemia do COVID-19. Recompôr as aprendizagens é um termo amplo, que envolve não apenas as questões metodológicas, mas a avaliação, o currículo, a formação continuada e o acompanhamento pedagógico. Não se trata de recuperar as aprendizagens, uma vez que os alunos não tiveram acesso aos conhecimentos, no período e tempo normal, em virtude da pandemia.

Na tentativa de traçar um panorama da atual realidade do município de Macapá neste quesito, verificou-se os dados que se apresentaram nos índices de desenvolvimento da educação desse município na etapa avaliada até o final do Ensino Fundamental I, sendo ela: o IDEB, no 5º ano, foi detectado através de exame nacional, o histórico de resultados do período de 2011 a 202, onde demonstra que o Município teve uma pequena evolução, sendo que este atingiu a meta estipulada pelo INEP nos anos de 2007 e 2009, em 2007 atingiu a nota 3.5, sendo de 3.5,

a meta para aquele ano. E em 2009 atingiu 4.0 sendo que a meta era 3.8. No período que compõe a análise deste estudo, é que pode ser visualizado na figura abaixo, as metas que não foram atingidas nesse período.

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
META		3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
IDEB	3.4	3.5	4.0	4.0	4.1	4.4	4.6	5.0	5.1

Fonte: MEC/Inep

Os resultados marcados em verde representam os anos que a rede atingiu a meta projetada.

É notório que há um crescimento sequencial nas três últimas notas obtidas pelo Município, contudo, esse crescimento é muito tímido e não consegue atingir a meta projetada para cada certame. Cabe evidenciar que as metas estabelecidas não são altas, servindo-se dos padrões de municípios brasileiros que estão com resultados considerados adequados ou pelo menos satisfatórios.

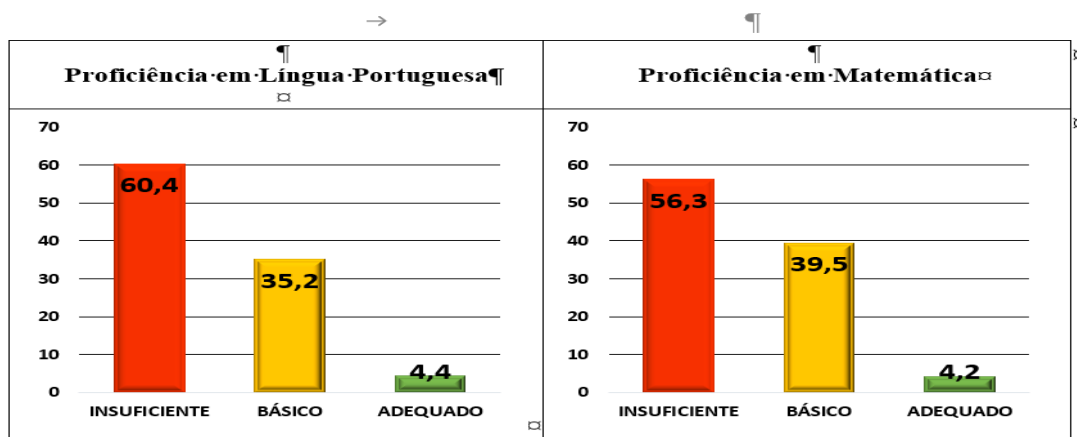
A figura 2 apresenta o resumo geral do desempenho das 44 (quarenta e quatro) escolas da Rede Municipal de Macapá, considerando os principais campos ou níveis de análise empregados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para a definição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, sendo:

Insuficiente: para os alunos que apresentam desempenho que vai dos níveis de 0 a 3 de proficiência, em Língua Portuguesa e em Matemática;

Básico: para os alunos que ficam nos níveis de 4 a 6 de proficiência, em Língua Portuguesa e em Matemática;

Adequado: para os alunos que atingem os níveis de 7 a 9 de proficiência em Língua Portuguesa, e de 7 a 10 em Matemática.

Figura 2 Proficiência da Rede de Ensino em Língua Portuguesa e Matemática



Fonte: INEP/resultados preliminares SAEB 2021

Os dados acima mostram que dos 3.635 (três mil, seiscentos e trinta e cinco) alunos que participaram do SAEB 2021:

Em Língua Portuguesa:

- **2.195** alunos **não dominam** as habilidades acadêmicas exigidas pelos descritores para o nível de 5º ano do Ensino Fundamental;
- **1280** alunos **dominam poucas** habilidades dos descritores mais fáceis (habilidades de nível I, na Teoria de Resposta ao Item – TRI);
- **160** crianças **dominam** as habilidades de níveis mais elevados (habilidades de níveis I e II na Teoria de Resposta ao Item – TRI).

Em Matemática:

- **2046** alunos **não dominam** as habilidades acadêmicas exigidas pelos descritores;
- **1436** alunos **dominam poucas** habilidades dos descritores mais fáceis;
- **153** crianças **dominam** as habilidades de níveis mais elevados.

Os dados apresentados anteriormente mostram o tamanho do desafio da rede municipal de ensino de Macapá e a tarefa de atingir as metas projetadas pelo INEP e que se fazem necessárias para situar o Município em um padrão desejável de qualidade.

Conclui-se que a partir dos dados da avaliação diagnóstica realizada na rede municipal de ensino de Macapá, onde apontam a necessidade de ampliar as estratégias educacionais, com intuito de recompor as aprendizagens dos alunos, a Secretaria de Educação junto com os

gestores escolares e sua equipe devem realizar ações para buscar as estratégias para melhorar a qualidade do ensino, bem como, de se empenha para elevar o índice nos exames nacionais tipo do IDEB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das pesquisas bibliográficas no intuito de se buscar respostas para a pergunta norteadora deste estudo, com relação, aos impactos causados dentro do sistema de ensino em relação aos resultados apresentados nas avaliações externas – IDEB e se podem gerar uma grande pressão sobre as escolas e professores. Isso ocorre porque esses resultados são amplamente divulgados e utilizados tanto pelos governos quanto pela sociedade civil para avaliar a qualidade da educação e tomar decisões sobre políticas educacionais, financiamento e até mesmo contratação de professores.

Portanto, a hipótese levantada no início deste estudo foi confirmada após as pesquisas bibliográficas empreendidas, considerando que essa pressão pode impactar o sistema de ensino de diversas maneiras: a sobrecarga de trabalho; alteração de métodos de ensino: a padronização; a desmotivação e desvalorização da profissão docente.

Porém, é importante ressaltar que as avaliações externas também podem ter impactos positivos no sistema de ensino, como: identificação de pontos fracos, base para políticas educacionais e prestação de contas.

Assim sendo, embora as avaliações externas possam gerar pressão sobre as escolas e professores, elas também desempenham um papel importante na busca pela melhoria da qualidade da educação. O desafio está em utilizar os resultados de forma equilibrada, enxergando-os como uma ferramenta de diagnóstico e reflexão, em vez de apenas como um instrumento de controle e punição.

Concluindo, por tudo o que foi apresentado e na visão de vários estudiosos, muitas são as possibilidades de melhorar os resultados das avaliações externas, dependendo de ampla discussão e envolvimento de todos os atores, contudo, não se recomenda ruptura, mas avanços. Um aspecto que carece de muita reflexão e ação é o planejamento curricular adequado, dessa forma garantindo que o currículo esteja alinhado com os objetivos das avaliações externas e atenda às exigências dos padrões educacionais estabelecidos; a importância do investimento na formação continuada dos professores, fornecendo-lhes treinamento e recursos adequados para melhorar suas práticas de ensino e avaliação; além de implementar estratégias de

acompanhamento dos alunos, como tutoria, orientação vocacional e programas de recuperação, para identificar e apoiar aqueles que apresentam dificuldades; promover também um ambiente de aprendizagem centrado no aluno, utilizando abordagens diferenciadas de ensino e avaliação que incentivem a participação ativa e o desenvolvimento das habilidades necessárias para o sucesso nas avaliações.

Contudo, o sistema de ensino deve garantir que as escolas tenham acesso a recursos educacionais de qualidade, incluindo materiais didáticos atualizados, tecnologias de ensino e laboratórios bem equipados; estabelecer uma parceria sólida com os pais ou responsáveis pelos alunos, incentivando sua participação ativa na educação de seus filhos e fornecendo-lhes orientações sobre como apoiar o processo de aprendizagem em casa; proporcionar a realização de avaliações internas regulares para identificar áreas de melhoria e ajustar as estratégias de ensino e avaliação de acordo com os resultados obtidos; além de utilizar os dados das avaliações externas para informar as práticas educacionais e tomar decisões baseadas em evidências, identificando pontos fortes e fracos e implementando medidas corretivas; promover a colaboração e o compartilhamento de boas práticas entre as escolas, permitindo que aprendam umas com as outras e implementem estratégias eficazes de melhoria dos resultados e também, estabelecer mecanismos de monitoramento e acompanhamento contínuo dos resultados das avaliações externas, a fim de identificar problemas precocemente e tomar medidas corretivas o mais rápido possível.

É válido destacar a dedicação dos profissionais da educação em Macapá, que influenciou diretamente no resultado positivo do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb). O Município de Macapá subiu pela primeira vez para 5.1 pontos e conseguiu avançar 73 posições em relação a 2019, agora ocupando o 59º lugar no ranking educacional da região Norte.

Esse resultado se refere ao ano de 2021, ainda marcado pela pandemia da Covid-19, que levou ao ensino remoto e, posteriormente ao retorno gradual do formato presencial, decisão tomada pela gestão municipal após o controle da doença com a vacinação da população.

Em conclusão, ressaltamos com base nesse artigo, que não esgotamos a análise, pois é preciso aprofundar os aspectos epistêmicos das políticas educacionais a nível de município de Macapá em que uma avaliação em larga escala pode favorecer o campo educacional. Sendo assim, é necessário futuramente analisar e focar também em outros fatores capazes de melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como por exemplo, o financiamento

educacional, a formação e valorização de professores para a melhor oferta da qualidade da educação a nível municipal.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) Pós Neoliberalismo – **As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Diário Oficial da União, 1996.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

CASTRO, J. A. de Evolução e desigualdade *na Educação Brasileira* (Vol. 30, pp. 673–697). **Educação e Sociedade** 30(108), 2009.

DOURADO, L. F. Sistema nacional de educação, federalismo os obstáculos ao direito à educação básica. **Educação e Sociedade**, 34(124), 2013.

DRAIBE, M. S. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. *Revista USP*, 25, 1995.
GENTILI, P. Trabalho e Educação. In **educação e realidade** (Vol. 10, Issue 32, p. 138), 1995.

PERRENOUD, P. **A Avaliação dos Estabelecimentos Escolares: um Novo Avatar da Ilusão Cientificista?** In *Ideias*, 1998.

RISCAL, J. R. **Correlação do IDEB 2015 com os indicadores educacionais: a situação atual das unidades federativas do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação), 2020. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12800>

SORDI, M.R.L.; **Implicações ético-epistemológicas da negociação nos processos de avaliação institucional participativa**. In *Educ. Soc* (Vol. 33). 2012

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian e OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. set./dez. 2010. 793-822, 2010 Tradução. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/s0100-15742010000300007>. Acesso em: 16 nov. 2023.

VIANNA, E. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p.43, jan. /jun. 2003.
VIDAL, Vera Maria, *et al.* **Avaliação Institucional**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, Brasil: p. 26. 2007

BRASIL. **IDEB: monitoramento objetivo da qualidade dos sistemas a partir da combinação entre fluxo e aprendizagem escolar**. In: Em Questão 4. O Plano de desenvolvimento da educação. São Paulo, Brasil: Ação Educativa. 2007

BRASIL, MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** – Entenda as metas de qualidade. MEC/INEP. 2009.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 86 p. – (Série legislação; n. 125). 2014

BRASIL, **Prova Brasil: avaliação do rendimento escolar, ensino fundamental, matrizes de referências, tópicos e descritores**. Brasília, Brasil: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007

CHIRINÉA, A. M.; BARREIRO, I. M. F. **Qualidade da educação: eficiência, eficácia e produtividade escolar**. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SANTOS, et al. **Avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões preliminares**. Universidade de Uberaba. Uberaba, v. 1, n. 1, p. 38-50, 2013.

Recebido: 20 de novembro de 2023.

Aceito: 18 dezembro de 2023.